

**MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA****1. ATA DE REUNIÃO: 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA AMPLIADA DO CONAPE**

Data: 17 de abril de 2025

Início: 09h00

Local: Sala de Reuniões do 3º Andar - Setor de Indústrias Gráficas

Término: 13h30

Relatora: Adriana Vilela Toledo – Secretária-Executiva do CONAPE

**A. Abertura da Reunião**

Adriana Vilela Toledo – Secretaria-Executiva do Conape

**B. Informes Sobre a Metodologia da Reunião**

1. Informe sobre a 74ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional da Biodiversidade - CONABIO;

**C. Ordem do Dia****17.04.2025**

1. Apresentação sobre os procedimentos para avaliação das propostas de alteração da listas nacionais - Nadine Oliveira – Coordenadora-Geral do Departamento de Conservação do Uso Sustentável da Biodiversidade – MMA; Roberto Gallucci - Coordenador-Geral de Gestão e Ordenamento Pesqueiro do Departamento de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros – MMA;
2. Apresentação da proposta de atualização das listas de espécies ameaçadas de extinção - Estevão Carino Souza – Analista Ambiental - ICMBIO;
3. Apresentação dos planos de recuperação das espécies ameaçadas de extinção - Roberto Gallucci - Coordenador-Geral de Gestão e Ordenamento Pesqueiro do Departamento de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros – MMA;
4. Apresentação do levantamento das espécies de interesse comercial referente à proposta de atualização das listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção - Sandra Silvestre – Diretora da SNPI e Cristiano Quaresma – Diretor da SNPA.

**D. Lista de Presentes:****Representantes Governamentais - Titulares:**

1. Carlos Cesar de Mello Júnior - Ministério da Pesca e Aquicultura;
2. Sérgio Roberto Knorr Velho – Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);
3. Rosana Aparecida Valle - Ministério do Trabalho e Emprego;
4. Humberto Pires da Silva - Ministério do Turismo.

**Representantes Governamentais – Suplentes:**

1. Silvana Schimanski – MDIC;
2. Walter Marinho de Carvalho Sobrinho – Ministério da Defesa – Censipam;
3. Winnie Muniz Brum – Ministério da Agricultura e Pecuária;
4. Roberto Gallucci – MMA.

**Representantes da Sociedade Civil Organizada – Titulares:**

1. Rochelle Cruz da Araújo Bezerra Vidigal - CedePesca Brasil;
2. Leticia Canton – Oceana Brasil;
3. Lucimara Henrique – CNPA;
4. Regis Portari – Confederação Brasileira de Pesca Esportiva;
5. Josana Pinto da Costa – MPP (Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil);
6. Ajax S. Tavares – Confapesca;
7. Elizeu Brito – FAEP BR;
8. Fernando Bosisio – Instituto Peroá.

**Representantes da Sociedade Civil Organizada – Suplentes:**

1. Francisco Bezerra – Cedepesca Brasil;
2. Luis Claudio Stabille Furtado – CBPA;
3. Maxuel José Monteiro da Costa – CONTTMAF;

**Representantes da Área Empresarial – Titulares:**

1. Carlos Eduardo Villaça (Cadu) – Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura – Conepe;
2. Dalmo Múcio Silva dos Santos – ABA (Associação Brasileira de Aquaponia);
3. Ricardo Dias - Abla;
4. Laís Belsito Pestana – Associação Brasileira das Indústrias de Pescado;
5. Agnaldo Hilton dos Santos – Pesca BR;
6. Francisco Hidalgo – CNA;
7. Francisco das Chagas de Medeiros – PEIXE BR;

**Representantes da Área Empresarial - Suplentes:**

1. Felipe Weber Mendonça Santos - Abla;
2. Jairo Gud – Abipesca;
3. Carlos Alberto Albuquerque - Sindirações;

**Representantes da Área Acadêmica e da Pesquisa – Titulares**

1. Ronaldo Oliveira Cavalli – Aquabio;
2. Marco A. Bailon - Aoceano;

**Membros Convidados Natos – Titulares**

1. Cristiano Ramalho - Secretário Nacional de Pesca Artesanal;
2. Elielma Ribeiro Borcem - Secretário Nacional Interina de Registro e Monitoramento e Pesquisa;

**Convidados / Membros dos CPGs**

1. Krishna Barros Bonavides – MMA;
2. Edson Rubens Ferreira Rodrigues – Ecoporé;
3. Fabrício Pereira Rezende – Embrapa Pesca e Aquicultura;
4. Neusa Arenhart – Secretaria de Estado de Mato Grosso – MT;
5. Mauricio Lang dos Santos – Programa de Pós-graduação em Ecologia, UFRGS;
6. Gustavo Oliveira Kwiatkowski – Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul;
7. Êrica Kitazono Antunes Jimenez – Associação Rare do Brasil;
8. Miquéias Portela Carvalho – Associação dos Pescadores e Armadores de Itapemirim - APAI-ES;
9. Igor Hister Lourenço – Colônia de Pescadores Z-31;

10. Rosicleia Nascimento de Oliveira Novais – Grupo técnico científico do CPG Bacias do Nordeste;
11. Renata Bazante Rodrigues – IPEN-USP;
12. Valéria Milani – SEMA/MT;
13. Henryette Patrice Cruz – MME / SE / SDS;
14. Caio Ishibashi Minei – Oceana;
15. Maria Aparecida Luciano – FEPESC;
16. Inajara Marques Bezerra Oliveira – Incaper - SEAG/ES;
17. Venâncio Guedes de Azevedo – Instituto de Pesca/APTA-SAA;
18. Ivan Oliveira Nogueira da Silva – ABLA (Associação Brasileira de Lojas de Aquariofilia);
19. Wilson Santos – FIESC;
20. Guillermo Estupinan – WCS;
21. Rafaela Maria Serra de Brito – SNPA/MPA;
22. Tanyse Gomes da Silva – COOMPESCAR – PA;
23. Caetao Machado de Almeida Junior – CNPA;
24. Andre Luiz Dutra Mattos – Câmara de Desenvolvimento da Indústria da Pesca / FIESC SC;
25. Luana Sêga – Global Fishing Watch;
26. Paula Maria Gênova de Castro Campanha – Instituto de Pesca/SAA-SP;
27. Alberto Toledo Resende – Secretaria Estadual de Agricultura;
28. Andrea Ciacchi – SFPA-RN;
29. Luana Quintanilha Borde – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ);
30. Diva Helena Nogueira Miyazaki – CNPA;
31. Fernanda de Oliveira Silva – The Nature Conservancy (TNC)
32. Eduardo Fagundes Netto – EMA/IEAPM-MB;
33. Gabriel Cardoso Neves – Ministério da Pesca e Aquicultura;
34. Adriano Prysthon – Embrapa Alimentos e Territórios;
35. Pedro Ricardo Alexandre de Albuquerque – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
36. Fernando Pinto das Neves – SINDIPI;
37. Geysa Marinho – SINDIPI;
38. Thaiza Barreto – SINDIPI;
39. Jefferson Ferreira – SFPA-PB/MPA;
40. Carla Simone Pavanelli – Universidade Estadual de Maringá;
41. José Edinado Rocha da Silva – Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Oeste do Pará e Baixo Amazonas (MOPEBAM);
42. Mauro Costa Cavalcante Filho – MTE;
43. Fabiano Silva dos Reis – SFPA-AM;
44. Vinícius Souza Magalhães – SFPA-GO/MPA;
45. Elisa Cordeiro Andrade Prates – MPA – SFPA;
46. Missileny de Jesus Xavier – SFPA-GO/MPA;
47. Priscilla Celes Maciel de Lima – Superintendência da Pesca e Aquicultura da Paraíba/SFPA-PB;
48. Marcelo Heitor Silvestre dos Santos – SFPA/MS - MPA;
49. Ananda Souza Lima – SNPI / MPA;
50. Marcus Vinícius de Lira Nogueira – Ministério da Pesca e Aquicultura;
51. Felipe Augusto de Alencar Goyanna – SFPA-CE;
52. Maria de Jesus Alves da Silva – Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura;
53. Raica Esteves Xavier Meante – SFPA/RO;
54. Giuvania Maria Soares Lopes – SFPA-MT;
55. Ravi Sales de Paula – SFPA/ES;
56. Janeide Muniz Lobato de Freitas – Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Mato Grosso do Sul;
57. Thamires Bride Ventura – MPA;
58. Maria de Jesus Alves da Silva – Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura no Tocantins;
59. Sandra Silvestre – Diretora da Secretaria Nacional de Industrial, Amadora e Esportiva;
60. Cristiano Quaresma – Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal;
61. Adayse Bossolani – Coordenadora-Geral;
62. Lariessa Soares – SNPI/MPA;
63. Nadinni Oliveira – MMA;
64. Marília Marini – ICMBIO;
65. Maria Beatriz – SE/MPA;

- 66. Itala Sobral – SNPI/MPA;
- 67. Sabrina Oliveira – SE/MPA;
- 68. Estevão Carino – ICMBIO;
- 69. Alberto – SNA/MPA;
- 70. Camila Oliveira – DCBIO/MMA;
- 71. Verônica Barros – DCBIO/MMA;
- 72. Bráulio Dias – MMA;
- 73. Arimar França Filho – CNI.

## 1. Mesa de Abertura

**1.1.** No dia dezessete de abril de dois mil e vinte cinco, na sala de reunião - 3º Andar, Setor de Indústrias Gráficas, estavam presentes convidados e observadores, presencialmente e virtualmente, conforme lista de presença anexo ao processo, a Secretária-Executiva do CONAPE, **Adriana Vilela Toledo**, realizou a chamada constatando o quórum.

**1.2.** Adriana Toledo iniciou a reunião informando tratar-se de uma reunião extraordinária do Conape contando também com a Rede Pesca Brasil, ou seja, os 10 CPG's também foram convidados e estão presentes à reunião. Registrou a presença do **Secretário Nacional de Pesca Artesanal**, professor **Cristiano Ramalho**, da **Secretária Nacional Interina de Registro e Monitoramento**, **Elielma Bousen**, bem como dos secretários-executivos dos CPGs: **Sandra Silvestre**, **Cristiano Quaresma** e **Adayse Bossolani**. Ela também registrou a participação presencial dos membros convidados do ICMBio e do Ministério do Meio Ambiente e a senhora **Nadine Oliveira**, Coordenadora-Geral do Departamento de Conservação do Uso Sustentável da Biodiversidade do MMA, e o senhor **Roberto Gallucci**, Coordenador-Geral de Ordenamento Pesqueiro do MMA, que atua na gestão compartilhada. Apresentou também o senhor **Estevão Souza**, Analista Ambiental do ICMBio, e a senhora **Marília Marine**, Coordenadora-Geral de Estratégia de Conservação do ICMBio. Por fim, **Adriana** agradeceu a presença de todos, ressaltando a importância do tema para as organizações sociais, e prosseguiu com os informes do dia.

## 2. Informes

**2.1.** A Secretária-Executiva do CONAPE, **Adriana Toledo**, informou que seria tratado o informe apresentado na **74ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO)**, referente à lista de espécies ameaçadas de extinção. Explicou que, a convite do Secretário-executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura, **Rivetla Édipo Araujo Cruz**, foram chamados para apresentar os procedimentos de atualização dessas listas a senhora **Nadinni Oliveira (MMA)**, responsável pelos critérios de avaliação, o senhor **Estevão Carino Sousa (ICMBIO)**, que trataria da atualização das espécies ameaçadas, e o senhor **Roberto Gallucci (MMA)**, com a exposição dos planos de recuperação. Na sequência, **Adriana** comunicou que haveria apresentações de dois técnicos do Ministério da Pesca: a senhora **Sandra Silvestre**, Diretora do Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva, e o senhor **Cristiano Quaresma**, Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento da Pesca Artesanal. Informou que os debates ocorreriam após os blocos de apresentação e, ao final, seriam definidos os encaminhamentos, com previsão de encerramento ao meio-dia. Por fim, solicitou que as intervenções fossem objetivas, limitadas a um minuto e meio, respeitando o tema e a ordem de inscrição, para garantir a participação de todos.

## 3. Procedimento para Avaliação das Propostas de Alteração das Listas Nacionais

**3.1.** Com a palavra, **Nadinni Oliveira (MMA)**, coordenadora geral de Estratégias e Políticas para a Biodiversidade, relatou que participou da 174ª reunião ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade, acompanhada de **Bráulio Dias** e representantes do Departamento de Pesca e do ICMBio. Ela explicou que a comissão reúne órgãos governamentais e da sociedade civil para acompanhar a avaliação do risco de extinção de espécies. O processo é conduzido pelo ICMBio e pelo Jardim Botânico de Brasília. Destacou a participação do Ministério da Pesca e do CONAPE, com atenção à pesca artesanal. As Portarias MMA nº 162/2016 e nº 43/2014 regulamentam as listas de

espécies ameaçadas. As propostas de alteração são enviadas ao MMA, que as submete à análise da Conabio em até 60 dias. Em caso de divergência, o MMA faz nova análise técnica, como ocorreu com o tubarão-azul. Por fim, **Nadinni Oliveira** informou ainda que os membros têm até 2 de junho para enviar estudos complementares, com conclusão da avaliação prevista para 15 de junho e apresentação do parecer final na 75ª reunião da **Conabio**, nos dias 25 e 26 de junho. A atualização da Portaria 445, que revogará a Portaria MMA 148, está programada para o segundo semestre, sendo que a transição para a nova lista está sendo conduzida com cautela.

**3.2. Adriana Toledo** agradeceu a **Nadinni Oliveira** pela explanação e informou que os participantes deveriam anotar dúvidas e perguntas, que seriam respondidas no final do primeiro bloco de apresentações. Ela também explicou que as participações seriam limitadas a um minuto e deveriam estar exclusivamente relacionadas ao tema apresentado. Em seguida, ela passou a palavra para **Estevão Sousa**, analista ambiental do **ICMBio**, que iria continuar as apresentações.

#### **4. Proposta de Atualização da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção**

**4.1.** Com a palavra, **Estevão Sousa (ICMBio)**, apresentou a proposta de atualização das listas de espécies ameaçadas, com base nos critérios da IUCN. Explicou a classificação em criticamente em perigo, em perigo ou vulnerável. Detalhou o critério A (redução populacional) e o B (distribuição geográfica), com limiares específicos de área. No subcritério B1, áreas menores indicam maior risco; no B2, áreas de ocupação muito pequenas definem o grau de ameaça. O critério C considera populações pequenas, fragmentadas ou em declínio contínuo. **Estevão** explicou que o critério D avalia espécies com populações muito pequenas, e o subcritério D2 considera ameaças em áreas limitadas. Detalhou o processo do ICMBio, com coleta de dados, fichas, consultas públicas e validação via plataforma SALVE. O Brasil avaliou 15.588 espécies da fauna, com 1.290 atualizadas, incluindo a “Amazônia Azul”. O analista do ICMBio relatou que houve avanços para invertebrados terrestres e aves, mas piora para peixes marinhos e répteis. Por fim, **Estevão** disse que a Mata Atlântica e o Cerrado concentram espécies ameaçadas, com barramentos e urbanização como novas pressões.

#### **5. Plano de Recuperação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Roberto Gallucci**

**5.1.** Com a palavra, **Roberto Gallucci (MMA)** explicou o processo de avaliação e inclusão de espécies ameaçadas, realizado pelo MMA em parceria com o ICMBio. Destacou a estratégia envolvendo o setor pesqueiro e o Ministério da Pesca para uso sustentável e recuperação de peixes e invertebrados. Abordou os Planos de Recuperação baseados na Portaria MMA nº 445/2014, que permite o uso sustentável em casos específicos. A decisão inclui regulamentação, autorização ambiental e aprovação do plano pelo MMA. Atualmente, existem 10 planos ativos, abrangendo 24 espécies com ciclos de vida longos. O representante do MMA informou que os planos de recuperação serão monitorados pelo Comitê de Espécies Aquáticas Ameaçadas, que será instalado em breve. Esse comitê contará com a participação de entidades do setor pesqueiro e ONGs. Serão criados grupos temáticos para discutir planos já existentes e futuros. Por fim, **Roberto** citou a corvina como exemplo, com seu processo de gestão quase finalizado. Esse caso servirá de base para a elaboração do respectivo plano de recuperação.

**5.2.** O Secretário-Executivo **Rivetla Édipo Araújo** abriu aos interessados por ordem de inscrição, começando com **Miqueias Carvalho (APAI. PESCA)**, que iniciou sua fala questionando informações superficiais sobre a lista de 24 espécies mencionada por **Roberto**, expressando preocupação com a exclusão do setor pesqueiro e dos pescadores diretos das discussões. **Miqueias** pediu maior inclusão dos pescadores nas decisões e mais informações sobre o estudo do tubarão-azul e do niquim, questionando as proibições. Destacou que o Brasil ainda não decidiu sobre a captura do niquim e não cumpriu a cota estabelecida pelo ICAT. Ressaltou que o Brasil é o único país que não a captura oficialmente, embora tenha havido uma pesca de 4 toneladas em 2022. Sugeriu proibir a pesca em áreas de berçário da espécie. Além disso, ele questionou a falta de decisões e a apresentação de **Roberto Gallucci**, apontando exclusão do setor produtivo. **Rivetla Édipo** informou que o MMA responderá após a rodada de perguntas e passou a palavra ao Ministério da Pesca. **Cristiano Quaresma** agradeceu o espaço dado à Rede Pesca Brasil e destacou sua atuação nos 3 CPGs continentais. Ele questionou a participação da sociedade civil nas oficinas, especialmente no que se refere à pesca artesanal e ao cumprimento da Lei 8.169, que protege povos e comunidades



tradicionais. Também expressou preocupação com o impacto de outras atividades econômicas sobre os recursos pesqueiros e questionou a classificação de espécies em recuperação como ameaçadas, além de solicitar esclarecimentos sobre o processo de reavaliação das espécies e a participação do setor pesqueiro. **Adayse Bossolani (SNPA)** reforçou essas questões, focando na inclusão dos pescadores artesanais nas oficinas e nos efeitos de atividades externas sobre os recursos. **Sandra Silvestre** agradeceu as apresentações e perguntou sobre a consideração dos planos de recuperação no processo de reavaliação das espécies. **Rivetla Édipo** passou a palavra para **Adriano Prysthon (Embrapa)**, que fez duas perguntas: uma sobre a avaliação de espécies como piraputanga e tucunaré fora de suas bacias de origem, e outra sobre estratégias de comunicação com comunidades pesqueiras artesanais, considerando a dificuldade de compreensão das listas de espécies ameaçadas. Em seguida, **Francisco Antônio Bezerra (Cedespesca)**, presidente da colônia de pescadores de Areia Branca, parabenizou a apresentação e fez dois pedidos: que a lista de espécies ameaçadas seja organizada por região, facilitando a identificação pelas comunidades, e atenção à situação dos pescadores com CPF irregular há mais de 30 anos. Ele também reforçou a fala de Adriano, destacando que fatores ambientais, e não apenas a pesca, contribuem para a degradação dos recursos pesqueiros. **Rivetla Édipo** passou a palavra a **Caetano Machado de Almeida Junior**, que agradeceu o convite e questionou a apresentação de Estevão sobre as ameaças à fauna brasileira, especificamente se a pesca mencionada nas águas marinhas se referia à pesca brasileira ou estrangeira. Ele também destacou a ausência de agentes como as empresas petrolíferas e atividades portuárias, que, segundo ele, causam grande degradação ambiental, especialmente em São Paulo, afetando manguezais e habitats importantes. **Rivetla Édipo** agradeceu e passou a palavra a **Ivan Oliveira (Representa - ABLA)**, que falou sobre a importância da aquicultura ornamental para conservação no Brasil, mencionando que a falta de apoio técnico e burocracia levou dois projetos de cavalos-marinhos a desistirem. Ele pediu normas claras para a área e questionou a liberação de licenças para projetos que afetam espécies ameaçadas. **Alexandre Novo (Sindarpes)**, se opôs à gestão compartilhada de recursos pesqueiros, defendendo que o processo fosse conduzido exclusivamente pelo MPA e grupo técnico-científico. Expressou preocupação com a morosidade e a falta de eficiência, que prejudicam pescadores e armadores. Questionou a classificação da corvina como vulnerável, apontando que a maior safra do ano anterior contradizia essa decisão. Além disso, questionou a falta de fiscalização do Ibama e a imprecisão dos dados utilizados. Destacou ainda a insegurança jurídica gerada pela fauna acompanhante e pelas listas vermelhas que proíbem a captura. **Caio Santos (Fórum da Lagoa dos Patos)**, destacou a importância de incluir pescadores artesanais na gestão pesqueira e expressou preocupação sobre a abordagem do MPA para essa categoria. Ele apontou os impactos da fiscalização rigorosa e da urbanização nas zonas costeiras, afetando a pesca. Caio também mencionou falhas de comunicação entre a gestão e os pescadores. Enfatizou a necessidade de melhorar a comunicação para garantir a compreensão das medidas de gestão. **Luis Claudio (CBPA)**, expressou preocupação com a gestão compartilhada e o licenciamento ambiental, especialmente em relação à pesca artesanal, mencionando o impacto de atividades como petróleo e hidrelétricas. Ele pediu mais autonomia para o Ministério da Pesca e questionou a falta de estudos e transparência nas licenças emitidas. **Luis** também defendeu uma reavaliação da colaboração entre o Ministério da Pesca e o Ibama. **Rivetla Édipo** passou a palavra para **Agnaldo Hilton dos Santos (PESCA BR)**, que enfatizou que a pesca e a poluição são as maiores demandas do setor. Ele questionou o foco da discussão em pesca e poluição, destacando os impactos de atividades como extração de petróleo, sísmica e eólica. **Agnaldo** questionou sobre a proibição de espécies sem fiscalização adequada e a falta de soluções para as espécies proibidas há mais de 20 anos. Ele também questionou o plano de recuperação da corvina e alertou sobre a captura excessiva de espécies. **Ulysses Vieira Raposo (APEDI)**, expressou preocupação com a gestão atual e defendeu mais autonomia para o Ministério da Pesca, criticando o uso de estudos errôneos comparando espécies aquáticas com animais terrestres. Ele destacou a importância de basear estudos sobre pesca ameaçada em dados reais. **Ulisses** se opôs ao envolvimento de ONGs nas pesquisas pesqueiras, defendendo a liderança de pesquisadores comprometidos com o setor. Ele sugeriu reavaliar os estudos sobre espécies ameaçadas pelo ICMBio, setor pesqueiro e Ministério da Pesca, e questionou a falta de profundidade e a validade das informações sobre vulnerabilidade das espécies. **Luiz Cláudio (CBPA)** destacou a importância da corvina para a pesca artesanal e questionou sua classificação como vulnerável, apontando a poluição

como maior ameaça. Ele sugeriu que as pesquisas sobre a corvina sejam feitas de forma cuidadosa e focou na necessidade de combater a poluição em vez de proibir a pesca. **Estevão Sousa** explicou que o plano de recuperação é importante, mas não deve ser o único critério na avaliação do risco de extinção, que considera fatores como distribuição e declínio populacional. Ressaltou que o plano é apenas o começo e só mostra resultados com a recuperação das populações. Destacou que a avaliação de espécies fora da área nativa segue diretrizes da IUCN e é uma responsabilidade legal. Mencionou ainda que, além da pesca, ameaças como poluição e hidrelétricas também afetam as espécies e são consideradas nas avaliações. **Estevão** afirmou que as fichas são publicadas após revisão de especialistas e que fichas em andamento podem conter anotações. **Braulio** esclareceu que a fala referia-se à publicação no portal do ICMBio e que todas as fichas da proposta de atualização foram disponibilizadas aos membros da CONABIO, incluindo o MPA, que pode compartilhá-las com os demais conselheiros. **Roberto Gallucci (MMA)** mencionou que, devido à grande quantidade de informações, pode haver confusão sobre espécies ameaçadas, destacando que 24 delas, já incluídas em planos de recuperação, estão sendo tratadas pela CPGS e serão retomadas no Comitê de Espécies Ameaçadas, com participação do setor pesqueiro, conforme discutido na última reunião do CONAPE. Demonstrou preocupação com a gestão das espécies ameaçadas, como o tubarão anequim, e afirmou que tanto as espécies já listadas quanto as candidatas serão debatidas no Comitê. Destacou a necessidade de comprovar a recuperação das espécies sob manejo para que a CONABIO possa emitir recomendações ao ICMBio. Ressaltou que a inclusão de espécies na lista é uma competência legal e que, mesmo com poucas interações com a pesca, a gestão é essencial. **Bráulio Dias (MMA)** enfatizou a importância do manejo sustentável e da revisão do grau de ameaça, principalmente das criticamente em perigo. Destacou a necessidade de aprimorar os critérios de avaliação e discutir com o TCU condições excepcionais para espécies de maior risco, ressaltando o potencial de manejo sustentável das espécies vulneráveis. **Sandra Silvestre** abordou a relevância dos planos de recuperação e da implementação de medidas eficazes com monitoramento contínuo. **Sandra Silvestre (SNPI)** afirmou que novas avaliações podem reduzir o risco de ameaça ou retirar espécies da lista. **Bráulio** destacou a importância do manejo sustentável, da revisão de critérios e da gestão compartilhada, considerando pressões externas sobre estoques pesqueiros. Explicou que o processo começa no ICMBio, passa pelo MMA e chega à CONABIO, que tem 60 dias para se manifestar. Orientou o envio de informações até 2 de junho, com discussão prevista para a reunião da CONABIO nos dias 25 e 26. Ressaltou que o processo é contínuo e pode ser revisado. **Estevão** explicou que o ICMBio segue etapas, com foco na melhoria das informações e participação social por meio de consultas. **Bráulio** reforçou a necessidade de articulação com o MPA e alertou que a lista oficial tem implicações legais para conservação e licenciamento.

## **6. Levantamento das Espécies de Interesse Comercial Referente à Proposta de Atualização das Listas Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção**

**6.1.** Com a palavra, **Cristiano Quaresma (SNPA)**, explicou que, após receber a lista de espécies ameaçadas, a equipe do MPA fez um levantamento focado nas espécies mais relevantes para o setor pesqueiro, especialmente aquelas com grande impacto econômico, social e cultural para as comunidades tradicionais, como os pescadores artesanais. Embora nem todas as espécies tenham sido abordadas, a intenção é incentivar o setor a consultar a lista e sugerir novas espécies. O interventor apresentou a atualização da lista de março de 2025, destacando 8 espécies de grande importância socioeconômica e cultural, além de 27 que continuam na lista. Por fim, **Cristiano Quaresma** sugeriu adicionar mais espécies, incluindo peixes continentais, marinhos, tubarões e arraias, e mencionou que as 8 espécies destacadas serão discutidas com a CONABIO para apresentar novas informações.

**6.2.** Com a palavra, **Sandra Silvestre (SNPI)**, destacou que o MPA identificou 8 espécies de grande interesse socioeconômico, como a corvina, que está com um plano de gestão em processo de publicação. Algumas espécies tiveram mudanças nas categorias de risco, como o peixe Neon e o bagre. Expressou preocupação com as espécies que saem de vulneráveis para em perigo, conforme a recomendação do TCU, e mencionou a saída de três espécies de cascudo da lista. Ela enfatizou a importância da colaboração entre o setor produtivo, o MPA e os cientistas para a reavaliação das

espécies. Sandra também incentivou contribuições até o dia 2 de junho e informou sobre a disponibilização das fichas de avaliação.

**6.3.** Em uma intervenção, **Bráulio** ressaltou a importância dos estudos de estoques pesqueiros na revisão da avaliação de risco das espécies, destacando suas limitações, mas reconhecendo seu valor. Ele alertou sobre a necessidade de considerar a distribuição das espécies, pois elas podem ter diferentes status em várias regiões. **Rivetla Édipo** sugeriu a reavaliação das espécies pesqueiras com base em novos dados, como o caso do tambaqui na Amazônia, que não considerou informações adicionais de acordos de pesca e hidrelétricas. **Braúlio Dias (MMA)** enfatizou a importância de avaliar a qualidade dos dados antes de uma nova avaliação.

**6.4.** O Secretário-Executivo do MPA abriu aos interessados por ordem de inscrição, começando com **Francisco Bezerra (Cedepesca)** que expôs problemas enfrentados pela pesca no Rio Grande do Norte, como a falta de autorizações e dificuldades para licenciamento, além da ausência de apoio em relação ao seguro para pescadores. Ele questionou a portaria sobre espécies ameaçadas e pediu mais clareza nas normas do Ministério da Pesca e nas permissões estaduais. **Agnaldo** defendeu avaliações atualizadas e destacou preocupação sobre a moratória da sardinha, argumentando que, com manejo adequado, a pesca é viável. Destacou parcerias com a FURG e acadêmicos para melhorar as informações. **Dias Martins** refletiu sobre os desafios na definição de critérios para recursos pesqueiros no âmbito do MMA e da Convenção da Biodiversidade. Fez autocritica quanto ao uso do método da IUCN, usando a corvina como exemplo da necessidade de critérios específicos para estoques pesqueiros. **Dias Martins** ressaltou a ausência de um programa estruturado para avaliação de estoques pesqueiros e propôs a criação de um programa oficial com critérios e prazos. Apontou que os recursos pesqueiros exigem tratamento específico, diferente da política ambiental geral. **Marco Bailon (Aoceano)** defendeu uma gestão pesqueira mais eficaz e sugeriu a inclusão do descarte de espécies nas avaliações. **Laís Pestana (Abispesca)** questionou a frequência das reavaliações, o tratamento do tambaqui e os impactos das LPCOs, criticando a falta de clareza nas exigências do **Ibama** e do setor pesqueiro. **Denise (Coompesca Bragança)** destacou negativamente a desatualização de normas como a IN 10/2001, a insegurança jurídica e a inclusão de espécies sem dados suficientes. Ela destacou negativamente a gestão compartilhada entre ministérios e o excesso de multas, demonstrando desânimo com a falta de soluções práticas e diálogo. **Miqueias** reforçou a urgência na revisão de normas antigas, criticando as restrições ao espinhel de superfície e a ausência de dados sobre a recuperação das espécies. A crítica foi direcionada às normas desatualizadas de 2003 e 2004. **Bráulio Dias (MMA)** afirmou que o foco atual é a atualização da lista de espécies ameaçadas, e que a cogestão e a pesca devem ser debatidas em outro momento. **Édipo** agradeceu e passou a palavra para **Paula**, que defendeu cautela ao tratar de fauna e pesca, sugerindo avaliar separadamente as populações da corvina do sudeste e sul do Brasil e considerar fatores como poluição. **Ulysses** pediu a distinção entre pesca marítima e terrestre, ressaltou divergências quanto a inclusão de espécies como bagre, peroá e corvina na lista de ameaçadas sem estudos consistentes, e solicitou revisão da lista para evitar prejuízos ao setor e ao meio ambiente. **Alexandre** expressou preocupação quanto a insegurança jurídica causada por mudanças na lista de espécies ameaçadas sem análise criteriosa, e apontou falhas na gestão compartilhada e na revisão da INDS, defendendo maior distinção entre pesca artesanal e gestão ambiental. Também pontuou negativamente quanto a proibição dos cações sem monitoramento efetivo. **Caio Santos** destacou a necessidade de novos dados e sugeriu planos de automonitoramento para melhorar a gestão e garantir revisões mais precisas das espécies ameaçadas. Ele enfatizou a necessidade de soluções práticas de curto e longo prazo e concluiu solicitando colaboração entre o Ministério da Pesca e o setor envolvido para uma gestão mais sustentável. **Bell Neves** questionou a MMA sobre os impactos ecológicos dos descartes de espécies e apontou divergência sobre a gestão compartilhada, sugerindo que o MPA assumisse mais responsabilidade na gestão da pesca. Ele pediu a revisão da abordagem de gestão compartilhada, devido à insatisfação do setor. **Rivetla Édipo** finalizou a reunião agradecendo a todos e comunicando que as falas seriam registradas e compartilhadas com os envolvidos para resposta futura. **Rivetla Édipo** destacou os encaminhamentos da reunião, como o envio da proposta de lista de espécies ameaçadas e fichas de avaliação pela MPA aos membros do CONAPE e do CPG. Ele reforçou que o MPA enviaria novamente a lista com as fichas de avaliação. Os coordenadores dos Comitês Permanentes de Gestão (CPG) seriam responsáveis por coordenar o levantamento de informações com



os diversos atores pesqueiros e grupos técnico-científicos, enviando os dados ao MPA até 19 de maio. O MPA compilaria as informações e enviaria até 2 de junho, com a data sendo o limite. Por fim, ele agradeceu a presença do ICMBio, MMA, CONAPE, CPG e do grupo técnico-científico, ressaltando o objetivo de compartilhar informações com todos os envolvidos.

## **7. Encaminhamentos**

**7.1. Adriana Toledo Secretária-Executiva do Conape**, informou que foram discutidos e definidos os seguintes encaminhamentos:

- 1.** MPA enviar a proposta de lista de espécies ameaçadas de extinção e as fichas de avaliação aos membros do CONAPE e CPGs;
- 2.** Os coordenadores do CPGs irão coordenar com os diversos atores envolvidos com atividade pesqueira e com os Grupos Técnicos Científicos (GTCs) o levantamento de informações;
- 3.** Envio de novas informações ao MPA até o dia 19/05/2025 para posterior compilação e envio ao CONABIO até o dia 02/06/2025.

## **8. Encerramento**

**8.1.** A reunião foi encerrada pelo Secretário-Executivo **Rivetla Édipo**, que iniciou sua fala expressando gratidão pela presença de todos e pelo trabalho conduzido pela Secretária-Executiva, Adriana Toledo, na realização do 3º Reunião Extraordinária do CONAPE.